



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

JANAÍNA DE CASTRO FERREIRA LUCENA

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

**JOÃO PESSOA
2020**

JANAÍNA DE CASTRO FERREIRA LUCENA

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

Monografia apresentado ao Curso de
Pedagogia da Universitário Federal da
Paraíba de João Pessoa – UFPB, como
requisito para conclusão do Curso de
Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Sandra Cristina
Moraes de Souza

JOÃO PESSOA
2020

L935g Lucena, Janaina de Castro Ferreira.

Gênero e sexualidade na educação infantil: uma revisão
sistemática da literatura / Janaina de Castro Ferreira
Lucena. - João Pessoa, 2020.
32 f.

Orientação: Sandra Cristina Moraes de Souza.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Gênero. Sexualidade. Educação Infantil. I. Sandra
Cristina Moraes de Souza. II. Título.

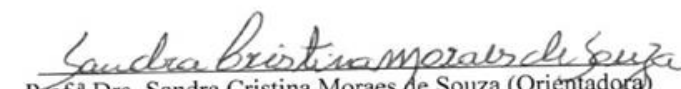
UFPB/BC

JANAÍNA DE CASTRO FERREIRA LUCENA

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

Aprovado em: 11 / 08 / 2020.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dra. Sandra Cristina Moraes de Souza (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Ms. Márcia Paiva de Oliveira (membro interno)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof.^a Dra. Iranete de Araújo Meira (membro externo)

JOÃO PESSOA
2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, meu filho, esposo e minha orientadora, minha fonte inesgotável de amor, simplicidade e perseverança.

AGRADECIMENTO

A Deus, que incomparável e inconfundível na sua infinita bondade, compreendeu os nossos anseios e nos deu a necessária coragem para atingirmos o nosso objetivo, oferecemos o vosso porvir e pedimos forças para sempre agirmos com eficiência em nosso trabalho e acerto em nossa decisões.

Ao esposo, filho e mãe muito obrigada a vocês que enriqueceram a minha mente, que encheram de amor e ternura meu coração, que me incentivaram, acreditaram e sorriram para mim, pois as minhas alegrias também são suas e estão todas elas marcadas pelo estímulo, seu amor, carinho e compreensão. Muito obrigado a você, porque hoje eu encontro na minha conquista, sincera e tranquila, a sua presença.

A minha família, pois, com a jornada que pareceu árdua e difícil... o desânimo tentou se apossar por vezes... Entretanto, o lembrar de suas faces preocupadas e envelhecidas no correr desses anos, de seu trabalho, de suas orações, de seu apoio incondicional para nos dar o melhor, nos impulsionou de veras para a luta.

A minha orientadora pela amizade, confiança, apoio e dedicação na construção teórico-metodológica deste trabalho científico. Estamos seguindo novos rumos e nos tornando pessoas ainda mais importantes na sociedade graças a vocês, que nos prepararam o mais difícil, o da vida através não só de ensinamento, mas também de conselhos e experiências que nos abriram os olhos para as armadilhas as quais estaremos sujeitos.

Aos demais professores da UFPB pelos ensinamentos que fizeram vislumbrar uma nova perspectiva profissional e também a todos aqueles que direta ou indiretamente cooperaram conosco para o bom andamento do nosso curso, principalmente aquele que foram capazes de um gesto de compreensão e bondade, marcada de uma forma particular os nossos espíritos...

EPIGRAFE

O direito à educação e o compromisso de formar cidadãos e cidadãs não será plenamente alcançado sem o reconhecimento das diferentes formas como as pessoas vivem suas relações afetivo-sexuais e suas identidades de gênero. (MISKOLCI)

RESUMO

Este estudo teve o objetivo de analisar a produção científica acerca das temáticas gênero e sexualidade na educação infantil. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura, com artigos pesquisados no Portal da CAPES (periódicos), a partir dos descritores 'gênero', 'sexualidade', 'educação infantil'. O problema que direcionou a pesquisa foi: Como se encontra o conhecimento científico já produzido no Brasil sobre gênero e sexualidade na educação infantil? Decorrentes desta problemática, elaboramos como objetivo geral do trabalho: identificar mediante uma revisão sistêmica da produção nacional de artigos que discutam as temáticas gênero e sexualidade na educação infantil. O critério de inclusão foram artigos nacionais dos anos de 2015 a 2019 e oriundos de estudos desenvolvidos no Brasil. Os critérios de exclusão foram dissertações, teses e demais textos que não atendiam às expectativas da pesquisa. A análise dos artigos consistiu na leitura dos resumos e, em seguida, na elaboração de um quadro dos dados coletados com informações de cada pesquisa, a saber: título, ano de publicação, autores, revista/periódico. A análise do estudo foi feita qualitativamente. No que tange aos resultados, todos os trabalhos de alguma maneira destacaram que estamos tratando de um assunto carregado de tabus e preconceitos, principalmente, quando tratamos da figura dos docentes que atuam na Educação Infantil, inclusive como destacar que entre os estudos, se faz referência a lacuna existente na formação de professores sobre essas temáticas.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação Infantil.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the scientific production on the themes of gender and sexuality in early childhood education. A systematic literature review was carried out, with articles searched on the CAPES Portal (journals), using the descriptors' gender ', 'sexuality ', early childhood education'. The problem that directed the research was: How do you find the scientific knowledge already produced in Brazil on gender and sexuality in early childhood education? As a result of this problem, we elaborated as a general objective of the work: to identify through a systemic review of the national production of articles that discuss the themes of gender and sexuality in early childhood education. The inclusion criteria were national articles from the years 2015 to 2019 and from studies developed in Brazil. The exclusion criteria were dissertations, theses and other texts that did not meet the expectations of the research. The analysis of the articles consisted of reading the abstracts and then elaborating a table of the data collected with information from each research, namely: title, year of publication, authors, magazine / periodical. The analysis of the study was made qualitatively. Regarding the results, all the works in some way highlighted that we are dealing with a subject full of taboos and prejudices, especially when we deal with the figure of teachers who work in Early Childhood Education, including how to highlight that among studies, reference is made the gap in the training of teachers on these themes.

Keywords: Gender. Sexuality. Child Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
3.1 GÊNERO E SEXUALIDADE.....	13
3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL: breve histórico.....	16
3.3 APONTAMENTOS NORTEADORES DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA SOBRE A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	23
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Em nosso cotidiano, muito ouvimos que o ser humano constrói sua identidade a partir das relações estabelecidas entre seus pares, especialmente nos espaços sociais. Sendo a escola um espaço social de profunda inferência na construção das relações humanas, entendemos que, seja um espaço onde o disciplinamento, a dominação e organização se constituem deste a formação de objetos, rotinas e atividades no cotidiano da educação.

Uma demonstração dessa constituição encontra-se na elaboração de roteiros prescritivos de hábitos e relações de gênero. Nesse sentido, entendemos que os cenários e cenas são impostos às crianças, e a prescrição de atividades e interações que devem ocorrer nesses cenários, bem como os signos e símbolos expostos às crianças nas rotinas escolares.

Esses cenários contêm significados, propiciam e normatizam as cenas/interações entre meninos, meninas e educadoras, sinalizando e confirmando o desenvolvimento de roteiros mais ou menos prescritivos que impõem princípios de visão e divisão e, conseqüentemente, (re) produzem hábitos e relações de gênero (BOURDIEU, 2012). Os cenários e rotinas, a construção objetiva e subjetiva de gênero se dá, inicialmente, de forma implícita e sutil através da vivência de uma educação que impõe objetos, lugares, atividades e relações aos meninos e meninas.

O tema do estudo que venho propor ainda é pouco abordado. Associar gênero e sexualidade na educação infantil não é comum, e por isso mesmo merece ser explorado, nas suas várias interfaces, em especial no seu caráter social. A relevância do estudo encontra-se na originalidade, ao relacionar os três temas apresentados, no conhecimento de possíveis lacunas a serem preenchidas através da articulação de temas tão próximos, mas ao mesmo tempo tão distantes, sendo eles: gênero, sexualidade e educação infantil.

A partir da realidade levanta-se o seguinte questionamento: Como se encontra o conhecimento científico já produzido no Brasil sobre gênero e sexualidade na educação infantil?

Partimos do pressuposto de que um processo efetivo de aprendizagem deveria contemplar a temática gênero e a sexualidade no ambiente educacional. Assim sendo, podemos considerar que a maioria dos docentes não leva em conta estes aspectos como possibilidade pedagógica, implicando na construção de sexismo e preconceitos no ambiente educacional.

Essa pesquisa se configura como um trabalho teórico, de natureza qualitativa, o tipo de pesquisa se apresenta como revisão sistemática da literatura.

O presente estudo está estruturado em seis capítulos. Na introdução, apresentamos a justificativa para realização dessa pesquisa, o problema de pesquisa, a metodologia e os capítulos trabalhados. No segundo capítulo, descrevemos os objetivos da pesquisa. No terceiro capítulo, apresentamos a fundamentação teórica que embasa o estudo. No quarto capítulo, de forma breve, apresentamos o percurso metodológico. Na sequência, no quinto capítulo, trazemos os resultados da pesquisa e suas discussões. Nas considerações finais, apresentamos nossas impressões e aprendizados adquirido a partir da construção deste trabalho, além instigar a necessidade de novas pesquisas a respeito do tema em questão.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Identificar mediante uma revisão sistêmica da literatura a produção nacional de artigos que discutam as temáticas gênero e sexualidade na educação infantil.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Verificar como esses temas vêm sendo abordados na educação infantil, nos trabalhos publicados em periódicos entre os anos de 2015 a 2019.

Investigar as principais características dos trabalhos encontrados (objetivo do estudo, metodologia utilizada e resultados).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A criança é a possibilidade de que esse amanhã seja melhor, desde que não a abandonemos e a excluamos, com tudo que ela nos traz de novo e surpreendente, na originalidade de seu ser e na singularidade e imprevista de seu viver. (ARENDT, 1997)

3.1 GÊNERO E SEXUALIDADE

Para iniciarmos uma discussão acerca do conceito de gênero se faz necessário contextualizar os desdobramentos desse movimento. Os movimentos de mulheres e o feminismo pode ser estudado por diferentes óticas. É comum os historiadores estudarem o feminismo por ondas. A primeira onda, se fundamenta no movimento sufragista, que traz à tona o direito de votar das mulheres, no Brasil essa mobilidade começa na Proclamação da República, se estendendo até a constituição de 1934, quando o direito de voto foi estendido as mulheres brasileiras.

Vale salientar que a luta pelo direito do voto, se intensificou a outras reivindicações, tais como: o direito à educação, ao exercício da docência, as condições de trabalho. A segunda onda, nos países ocidentais, se inscreve nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, motivado por diversos debates e questionamentos. No Brasil, temos a eclosão de movimentos opositores a ditadura militar, e a tentativa de redemocratização do país, que data da década de 1980. A segunda onda, nos remete a necessidade de reconhecimento e investimento na produção do conhecimento, com o desenvolvimento de pesquisas que visavam compreender e explicar a subordinação social e a invisibilidade política das mulheres (MEYER, 2012).

É possível perceber por este breve relato, que a trajetória do movimento feminista foi cercada de vários confrontos e resistências no que se trata das diferenças e desigualdades entre mulheres e homens. Dentro desse contexto, ocorreu um grande desafio no que se refere ao movimento feminista, mostrar que as características físicas, anatômicas e/ou socioeconômicas não definem a diferença ou justificam a desigualdade de gênero.

Assim, as relações de gênero foram construídas histórico-socialmente com base na diferença de sexos (masculino e feminino). Este rótulo atinge pessoas nos mais diferentes espaços sociais, uma construção fruto do olhar biológico e anatômico, determinando qual o sexo do sujeito e o comportamento associado a ele.

O conceito de gênero, segundo Goellner (2012), pretende romper com essa determinação anatômica, a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens eram social e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas. Nesse ponto, temos uma visão em relação ao conceito de gênero, como sendo, um conceito socialmente construído.

No sentido de teorizar o conceito de gênero, é importante fazer algumas ponderações, o conceito de gênero aponta para uma noção que se constrói ao longo da vida, pois somos construídos como homens e mulheres a partir das diversas instituições e práticas sociais. Nesse sentido, se faz necessário falar sobre a escola, já que ela se configura como uma instituição social de grande porte, pois se encarrega de educar os indivíduos, ou seja, é no interior da escola que essas questões de gênero são naturalizadas.

No ambiente educacional, especialmente, na educação infantil existe um modelo de aluno, por exemplo, a determinação pelo seu sexo: menino ou menina, que deve possuir características heterossexuais aceitáveis pela sociedade, determinando o comportamento e o lugar de cada um no espaço escolar. Para Louro (2012, p. 62): “A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e meninas”.

Louro (2012) chama a atenção para a forma com que os educadores encaram a discussão da sexualidade, segundo o autor, muitos pensam que deixar de tratar desses problemas referentes à sexualidade ficará fora da escola. A escola não reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz. Os indivíduos aprendem, desde muito cedo, a reconhecer seus lugares sociais a partir da imposição social, e aprendem isso através de estratégias muito difíceis de reconhecer.

Em detrimento a este pensamento, podemos perceber que o conceito de gênero é uma produção histórica e social, já que a partir dele nos constituímos como sujeitos sociais. Na concepção de França (2009), compreende-se gênero como uma condição social que identifica os sujeitos como homens e mulheres nas variadas dimensões de masculinidade e feminilidade. Por sexualidade, entendemos uma construção de aprendizado e reflexão sobre quem somos, como sentimos e como vivenciamos, de diferentes maneiras, a orientação sexual.

Outra ponderação em relação ao conceito de gênero, é seu aspecto cultural, já que nascemos e vivemos em lugares e circunstâncias diferentes, algumas culturas trazem essa discussão de forma mais conflitante, como é o caso dos países asiáticos. Onde, as questões

entre feminino e masculino é muito acirrada, em virtude da cultura, mesclada pela pluralidade de articulações, tais como: classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade. Essas articulações produzem diferentes formas pelas quais o feminino e o masculino são vividos e experienciados por diversos grupos (MEYER, 2012).

É importante destacar, quando falamos de gênero, ainda hoje, temos uma discussão bastante polêmica, pois fazemos referência as relações de poder entre homens e mulheres. Essas relações, são enfatizadas pela sociedade, e repousam na ideia da redução do papel das mulheres na sociedade. Isso, implica na discussão que permeiam a visão do papel feminino na sociedade, desde a educação obtida no ambiente familiar, como aquela que se expande na escola, falamos de uma política social centrada na produção e manutenção de um *status quo*.

Dessa forma, não se leva em consideração o que homens e mulheres podem realizar, mas considera-se apenas os diferentes modos com que realizam, com vista a destacar a diferença entre eles. Essa visão, visa privilegiar o aspecto biológico, materializando a questão do corpo. Um exemplo, a visão que a sociedade tem em relação a algumas profissões, que são vistas, como exclusivas do masculino.

Conforme podemos observar, a categoria gênero emerge do movimento feminista como uma possibilidade para problematizar as desigualdades orientadas por uma visão sexista, que busca produzir nos discursos opressor, que incorpora um poder simbólico, que se materializa nos modos individuais de entendimento de si e do outro. Segundo Bourdieu (2012, p. 50):

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos.

Uma demonstração dessa força, como ela se manifesta, está presente em alguns diálogos, como por exemplo, em uma pergunta comum, quanto ao sexo da criança: “É menina ou menino? ” A falta dessa informação pode causar um certo embaraço. Quando não há nenhum indicador da sexualidade da criança, seja uma fita rosa ou azul, comumente as pessoas ficam sem saber como agir, ou seja, é imperativo que todos socialmente tenham um sexo designado, quando isso não acontece considera-se não natural, fora dos padrões sociais.

Desse modo, a sexualidade está relacionada a uma visão anatômica, que busca a partir das diferenças anatômicas ou uma função biológica de caráter reprodutivo. Entretanto, entendemos que sexualidade precisa ser pensada de forma mais ampla, pois contém um expresso significado cultural. Segundo Beauvoir (2005), sexo é mais que uma expressão do corpo e constitui-se em um campo de concepções culturais percebidas e reinterpretadas. Nesse

sentido, é possível afirmar a partir da fala da autora, que tanto sexo, como sexualidade têm compreensões culturais.

Quando levamos essa discussão para escola, é possível perceber de que forma a escola se encarrega de criar fronteiras entre os sexos. Para isso, ela utiliza de várias estratégias (comportamentos, vestimentas, brincadeiras, etc). Uma demonstração disso, pode ser encontrada no RCNEI¹ que faz uma tentativa de articular sexualidade e gênero. No entanto, revela uma concepção essencialista/biologicista, que nega a construção social de gênero, ao afirmar um vínculo básico entre gênero e características biológicas:

Dentre as questões relacionadas à sexualidade, as relações de gênero ocupam um lugar central. Há um vínculo básico entre o gênero de uma pessoa e suas características biológicas, que a definem como do sexo feminino ou masculino. Perceber-se e ser percebido como homem ou mulher, pertencendo ao grupo dos homens ou das mulheres, dos meninos ou das meninas, se dá nas interações estabelecidas, principalmente nos primeiros anos de vida e durante a adolescência. (MEC/SEF, 1998, Vol. 2, p. 19)

A compreensão da sexualidade é o resultado de diversos caminhos que dialogam entre si, levando em consideração as configurações biológicas, sociais, culturais, geográficas, históricas e afetivas dos sujeitos. Não podemos reduzir a sexualidade a uma simples questão orgânica e à reprodução da espécie.

3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL: breve histórico

Ao longo da história da Educação Infantil, várias funções lhes têm sido atribuídas, marcando assim as práticas que direcionaram e direcionam o atendimento prestado às crianças no contexto das instituições de Educação Infantil. Autores como Kramer (2001), Bujes (2001), Kulhmann Jr. (2010), entre outros, nos ajudam a compreender o surgimento da Educação Infantil no contexto brasileiro bem como as várias funções assumidas por esta ao longo da história.

Segundo Bujes (2001), as instituições de educação para a criança pequena, creches e pré-escolas têm seu surgimento depois das escolas e seu aparecimento tem sido associado ao trabalho feminino, a partir da Revolução Industrial. No século XVIII, a Revolução Industrial impulsionou diversas mudanças nos cenários político-econômicos e sociais, assim, em função de uma nova conjuntura social, surgiram outras necessidades no que tange os cuidados e guarda das crianças pequenas, devido, sobretudo, à inserção das mulheres no mercado de trabalho.

¹ Referência Curricular Nacional para Educação Infantil

Com o processo de industrialização, as mulheres, que até então eram responsáveis pelos afazeres domésticos e por cuidar dos filhos, diante das mudanças revolucionárias na estrutura orgânica da sociedade introduzida pelos movimentos trabalhadores, elas passaram a assumir uma jornada de trabalho fora do lar. Essa mudança, comprometeu sua atividade nos cuidados com os filhos, o que gerou uma menor disponibilidade de tempo para se dedicar a estes. Esse processo originou a criação de instituições de atendimento de cuidado e guarda da criança, o que motivou a fundação das primeiras creches na Europa.

Kramer (2001) aponta que o reconhecimento da educação pré-escolar como necessária começou tanto na Europa como nos Estados Unidos, durante a depressão econômica dos anos 1930. A Segunda Guerra Mundial foi outro evento que provocou um novo impulso ao atendimento pré-escolar, voltado principalmente para atender as crianças cujos pais estavam em combate e as mães trabalhando em indústrias bélicas ou substituindo os maridos em suas profissões. Dessa forma, foi introduzido o conceito de assistência social para as crianças pequenas, cuja preocupação também estava voltada para as questões emocionais e sociais.

No Brasil, a história da Educação Infantil segue a tendência do que acontecia em nível mundial. O processo de urbanização, ocorrido no final do século XIX, traz consigo um discurso higienista, que contribui para que se passe a valorizar a assistência à infância baseado na preocupação com a saúde pública. Fazia parte desse discurso, os projetos para construção de escolas e a implantação de serviços de inspeção médico-escolar, apresentando sugestões para todos os níveis de ensino, em especial para a Educação Infantil e primária. Do ponto de vista médico-higienista, o tema associado à assistência à infância era a mortalidade infantil. Além do mais as propostas se integravam a projeto de saneamento com o intuito de atingir a civilidade e a modernidade (KUHLMANN Jr., 2010).

Nas décadas de 1960 e 1970, a pré-escola assume a função de suprir as necessidades fundamentais das crianças consideradas privadas cultural e educacionalmente. É relevante frisar que esse período foi marcado pela difusão das teorias da privação cultural e sua relação pedagógica, que indicava a estruturação de programas compensatórios visando oferecer às crianças culturalmente desfavorecidas melhores condições para um desempenho satisfatório na escola de Ensino Fundamental (KRAMER, 1982).

Na década de 1980, temos no Brasil o processo de redemocratização da sociedade, somos influenciados pelos reflexos do movimento internacional sobre os direitos da criança, que traduziu um significativo avanço legal. A Educação Infantil, que até então era direito dos filhos de mães trabalhadoras, passa a ser reconhecida, através da Constituição Federal de 1988 em seu art. 228, como um direito da criança de zero seis anos.

De acordo com Kramer (2001), apesar de sua trajetória de mais de cem anos, só nas décadas de 1980 e 1990 do século XX é que a Educação Infantil alcançou uma maior significação, constituindo-se como uma etapa fundamental do processo educativo.

A partir do novo ordenamento constitucional e legal brasileiro, temos uma inovadora concepção de atenção à infância, o que significa uma vitória para a educação da criança pequena, tendo como marco a Constituição Federal de 1988. Em seu Artigo 208, a educação infantil é definida como um direito da criança e obrigação do Estado o atendimento às crianças de zero a seis anos, além de estabelecer políticas públicas para Educação Infantil. Outro documento de igual importância, é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1996, que salienta a infância brasileira como um tempo especial da existência social dos indivíduos, e o reconhecimento da criança como um ser social que necessita ser protegido e amparado.

Além desses documentos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN 9394/96, em seu Artigo 29, proclama a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, tendo por objetivo o desenvolvimento integral da criança até seis anos² em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Dessa forma, a Educação Infantil passou a ser um direito constitucional das crianças desde seu nascimento. Ressalta-se que esse direito é fruto de um longo processo de transformações sociais, e abarca outros direitos, pois inclui a proteção das crianças de qualquer tipo de violência ou negligência e o suprimento de suas necessidades básicas de natureza física, emocional e social. É importante lembrar que, a partir das definições legais sobre a Educação Infantil, foram elaborados alguns documentos para subsidiar o trabalho desenvolvido nas instituições de todo o país, dentre os quais: o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil -

De acordo com RCNEI, a função da Educação Infantil é cuidar e educar de forma indissociável a criança para a promoção do pleno desenvolvimento. O cuidar significa uma parte integrante da educação, “cuidar da criança é, sobretudo, dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade,

² A Lei 11.274 altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

identificando e respondendo às suas necessidades” (BRASIL, 1998, p. 25). Já o educar significa:

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens, orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança (BRASIL, 1998, p.23).

Assim, o cuidar/educar são indissociáveis, tendo em vista as necessidades básicas que as crianças têm no tocante à alimentação, à saúde, à higiene, à proteção e ao direito de acesso ao conhecimento sistematizado. Nesse sentido, a criança é um ser social, um ser de diretos, que se desenvolve a partir da interação com o outro em um determinado espaço. Tratamos, assim, de um ser eminentemente curioso, ávido por descobrir o mundo que a cerca, que está sempre estabelecendo relações e buscando significados para tudo. Uma das principais formas da criança mostrar sua curiosidade é a brincadeira. Quando brinca ela, está em constante interação com diferentes modos de comportamentos, e é na relação com outras pessoas que ela constrói e amplia conceitos os quais não teria condições de realizar sozinha.

Corroborando com esse pensamento, Dornelles (2001, p.105) afirma que:

O brincar proporciona a troca de pontos de vista diferentes, ajuda a perceber como os outros o vêem, auxilia a criação de interesses comuns, uma razão para que se possa interagir com o outro. Ele tem em cada momento da vida da criança, uma função, um significado diferente e especial para quem dele participa.

Nessa direção, é importante e fundamental que a escola oportunize a vivência do brincar, assim, ficará mais fácil entender a criança, compreender sua cultura, seus valores, desejos e necessidades e possibilitar que elas vivam intensamente seu modo de ser. Desse modo, é necessário ficar atento às práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil, no sentido de seu atendimento e respeito às necessidades básicas das crianças, o que oportuniza seu acesso aos bens sociais e culturais da sociedade.

Kuhlmann Jr. (2007) ressalta que a existência de uma polaridade entre assistência e educação, representando o bem e o mal, como em um conto de fadas, permite às propostas educativas, destinadas à criança de 0 a 6 anos, inaugurar o novo e implantar o pedagógico ou o educacional, nos textos, enquanto a realidade institucional permanece intocada nas questões que discriminam a população pobre.

A partir dos anos 2000, a Educação Infantil tem sido pauta de diversos fóruns e debates por todo o Brasil. O Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, trata-se de um conjunto de metas político-pedagógicas. Este tem um capítulo que enfatiza a educação infantil em creches e pré-escolas de forma comum. Constitui-se como um avanço no processo de

aprendizado, passando a ter novas visões sobre propostas pedagógicas. O plano aponta que se deve ter uma expansão da educação infantil de forma ampla e com qualidade. São metas estruturantes para garantir o direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso ao ensino obrigatório e a ampliação das oportunidades educacionais

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil com o propósito de garantir às crianças o acesso aos conhecimentos da aprendizagem e proporcionar o direito a brincadeiras e convivência na interação com outras crianças como direito social, como premissa orientadora da elaboração de políticas públicas, planejamentos, execuções e avaliações de propostas pedagógicas e curriculares de educação infantil devendo ser observadas em consonância com as legislações estaduais e municipais, apresentando orientações pedagógicas que sejam respaldadas em princípios éticos, estéticos e políticos em conformidade com a condição da criança como sujeito de direitos (BRASIL, 2009).

Vale destacar que segundo as DCNEI (2009), no Artigo 7, as propostas pedagógicas curriculares devem cumprir plenamente a função sociopolítica e pedagógica. As instituições de Educação Infantil têm como objetivo garantir à criança o acesso aos processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Em 2015, começa a ser discutido pela Secretaria de Educação Básica, uma versão inicial para o debate do que poderá ser a Base Nacional Comum Curricular. Tivemos três versões da BNCC apresentadas pelo MEC, no percurso: 2015; 2016; 2017. O propósito deste currículo é determinar os conteúdos e objetos de ensino e aprendizagem abordados por professores e discentes em todas as escolas do país, influenciando aspectos da educação, tais como formação de professores, elaboração de materiais e as avaliações nos sistemas nacionais. De acordo com o documento, as instituições educativas da infância, devem proporcionar uma aprendizagem efetiva para as crianças, devem oferecer tempo e espaço para que elas possam conviver, brincar, participar, explorar, se expressar e se conhecer (BRASIL, 2017).

3.3 APONTAMENTOS NORTEADORES DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA SOBRE A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No que se refere aos documentos que tratam do tema sexualidade, é possível destacar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o tema é discutido dentro do contexto da interdisciplinaridade. O foco do documento é a prevenção de fatores de transtornos da população juvenil como gravidez na adolescência, DST/AIDS, drogas, etc. Se faz relevante destacar que a partir da década de 1980, vários grupos sociais, começaram a discutir o papel da educação numa sociedade plural e diversificada.

A intenção dessa discussão tratava de diversidade de conteúdo, que deveria ser explorado e sua articulação com as diversas disciplinas com o contexto social. Esse debate girava em torno da transversalidade do conteúdo, com ênfase não apenas nas disciplinas tradicionais: Biologia, Física, História, Matemática, Linguagem, Artes, etc., mas no caráter dessa transversalidade com a realidade social. Importante frisar que essa discussão não ocorreu apenas no Brasil, mas a nível mundial.

No Brasil, o debate surge a partir da constatação da fragmentação entre o saber disciplinar e o saber escolar. Segundo o Ministério de Educação e Cultura (MEC), o principal foco dos PCN é a de propiciar aos sistemas de ensino, particularmente aos professores, subsídios à elaboração e/ou reelaboração do currículo, visando à construção do projeto pedagógico, em função da cidadania do aluno. Nos PCN (MEC, 1997), a sexualidade é retratada como algo que faz parte da vida e da saúde de todas as pessoas e se expressa desde o nascimento até a morte.

Vale destacar que os PCN (MEC, 1997), explicitam sobre a sexualidade surge em todas as faixas etárias; entretanto, é fácil encontrar profissionais, especialmente na escola, que tentam ignorar, ocultar ou reprimir essas questões. Inclusive, com o discurso de que esse tema deveria ser tratado, apenas pela família. Realmente, é função da família realizar a educação sexual dos filhos, para isso, devem fazer uso de informações adequadas, sempre permeada pelo diálogo. Porém, não é o que constatamos na maioria das famílias; o assunto não é tratado em casa, nem na escola. Assim, as crianças e adolescentes tomam conhecimento da sexualidade de forma equivocada, deturbada e incorreta.

De acordo com os PCN sobre Orientação Sexual (MEC, 1997, p. 81):

A sexualidade, assim como a inteligência, será construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura. Os adultos reagem de uma forma ou de outra, aos primeiros movimentos exploratórios que a criança faz em seu corpo e aos jogos sexuais com outras

crianças. As crianças recebem então, desde muito cedo, uma qualificação ou ‘julgamento’ do mundo adulto em que estão imersas, permeado de valores e crenças que são atribuídos à sua busca de prazer, o que comporá a sua vida psíquica

Uma relevante consideração a ser feita sobre os PCN, trata das orientações didáticas para o trabalho com orientação sexual. O documento faz um alerta em relação a faixa etária com a qual se está trabalhando. Já que, as questões que envolvem a sexualidade não diferem de acordo com a faixa etária. Esse elemento, em especial, chama nossa atenção para nosso objeto de estudo, como os professores estão trabalhando as questões sobre gênero e sexualidade no universo da educação infantil?

O educador que se insere no universo da educação infantil, precisa compreender as manifestações da sexualidade infantil, o que sugere sua atenção a essas demonstrações. Não podemos entender a sexualidade e sua expressividade como sendo algo universal, pois em cada cultura ela se apresenta de uma forma, nem tampouco, podemos compreender a sexualidade como uma verdade, voltada apenas para a procriação da espécie, ou algo presente apenas em um gênero, como muito é dito, no senso comum, “os meninos começam sua vida sexual mais cedo que as meninas”. Precisamos, como educadores que somos, levar essa discussão para o espaço escolar, confrontar verdades estabelecidas e abrir espaço para trabalhar as diferenças no ambiente educacional.

Vale salientar que a Base Nacional Comum (BNCC), homologada em dezembro de 2017, têm sido alvo de vários debates e discussões, tendo como ponto de conflito a questão da diversidade. O termo gênero e orientação sexual foi suprimido pelo MEC em sua terceira versão, o que impossibilitou sua abordagem em sala de aula. Temos, então, argumentos contrários e a favor da inclusão da temática. Aqueles que são contrários, alegam que esses conteúdos poderiam afetar a família e a integridade moral e intelectual dos jovens. Os que são favoráveis a inclusão, declaram que essa temática ao ser discutida em sala de aula, promoveria um combate as discriminações e abriria espaço para construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Importante, esclarecer, que a BNCC na tentativa de equilibrar essas duas correntes, traz em seu teor a ideia de diversidade, presente nas habilidades e competências, na tentativa de suplantar essa questão.

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura, que é adequado para se buscar um consenso sobre um tema específico e sintetizar o conhecimento de dada área por meio da formulação de uma pergunta, da identificação, da seleção e da avaliação crítica de estudos científicos contidos em bases de dados eletrônicas.

A pergunta de pesquisa foi: Como se encontra o conhecimento científico já produzido no Brasil sobre gênero e sexualidade na educação infantil? A busca de artigos foi realizada no Portal da CAPES (periódicos), a partir dos descritores ‘gênero’, ‘sexualidade’ e ‘educação infantil’. Para selecionar os artigos, primeiramente, lemos os resumos das publicações selecionadas, com o objetivo de refinar a amostra por meio de critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos artigos originais publicados entre 2015 e 2019 e oriundos de estudos desenvolvidos no Brasil.

Os critérios de exclusão foram dissertações, teses e demais textos que não atendiam às expectativas da pesquisa. Por meio desse processo, a amostra final foi constituída de 08 artigos. A análise dos artigos consistiu na leitura dos resumos e, em seguida, na elaboração de um quadro dos dados coletados com informações de cada pesquisa, a saber: título, ano de publicação, autores e revista/periódico. Também foi feita uma análise temática de conteúdo por meio da leitura e da releitura dos resumos, a fim de identificar o objetivo do estudo, a metodologia utilizada e os resultados.

Como tratou-se de uma pesquisa de cunho, também, bibliográfico e documental, fomos buscar autores que contemplam a educação infantil, a saber: Kramer (2001), Bujes (2001), Kulhmann Jr. (2010), entre outros; além dos principais documentos nacionais sobre o tema, tais como: LDBN 9394 (1996); RCNEI (1998); PCN (1997); DCNEI (2009), BNCC (2017).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa realizada no portal de periódicos da CAPES, encontramos 08 artigos científicos que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos. Para facilitar a análise e a apresentação dos resultados, elaboramos um quadro com dados por título, ano de publicação, autores e revista/periódico. Conforme quadro abaixo:

Título	Ano	Autor/es	Revista/periódico
Constituindo gêneros: sobre a produção de masculinidades e feminilidades na educação infantil	2016	José Valdir Jesus de Santana Nakson Willian Silva Oliveira Maria de Fátima de Andrade Ferreira Benedito Gonçalves Eugênio	Revista Tempos e Espaços em Educação
Gênero, sexo e sexualidade na educação infantil: o que dizem os documentos da rede municipal de ensino de Florianópolis	2018	Karine Zimmer da Silva Márcia Buss-Simão	Revista zero-a-seis Revista eletrônica Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância
Em nome dos cuidados, da proteção e da educação: infância, corpo, gênero e sexualidade como discursos entre professoras da Educação Infantil	2018	Raquel Gonçalves Salgado Paula Fernanda Martins-Garcia	Revista zero-a-seis Revista eletrônica Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância
O que crianças pensam sobre família e relações de gênero?	2018	Ana Paula Pereira Gomes Gibim Fernanda Müller	Revista zero-a-seis Revista eletrônica Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância
Gênero e diversidades na infância: desafios para a formação docente face ao retrocesso curricular	2018	Fernanda Theodoro Roveri	Laplage em Revista
Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil	2019	Carlos José de Moura Ciribelli Emerson Fernando Rasera	Psicologia: Ciência e Profissão
Marcas sociais de nossos tempos: gênero, sexualidade e educação em âmbito escolar	2019	Cristiane de Assis Lucifora Fábio Tadeu Reina Luci Regina Muzzeti Renan Antônio da Silva	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação
O que estamos estudando sobre gênero na educação infantil: as lacunas na formação docente	2019	Ariane Crociari Marcia Cristina Argenti Perez	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação

Fonte: Portal CAPES (2020)

Em relação ao periódico com o maior número de publicações, destacou-se a Revista Zero-a-Seis, que publicou três artigos sobre o tema no ano de 2018, estes artigos fizeram parte de um dossiê, intitulado: Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas em creches e pré-escolas. Na busca pelas expressões ‘gênero’, ‘sexualidade’ e ‘educação infantil’, destacamos os objetivos de cada estudo, sua metodologia e resultados, a partir do olhar dos seus autores.

Santana, Oliveira, Ferreira e Eugênio (2016) desenvolveu um trabalho como o objetivo de compreender a relação entre educação, gênero e sexualidade e seus desdobramentos para a compreensão das relações de gênero na educação infantil. Em relação a metodologia, o trabalho se apresentou como uma revisão bibliográfica. Os resultados da pesquisa apontam que as práticas educativas advindas de professores e professoras nas instituições de Educação infantil têm contribuído com a produção de estereótipos, rivalidades, exclusão e hierarquias no tratamento entre meninos e meninas, o que contribuem para acentuar as desigualdades de gênero que se reproduzem na sociedade, que ainda se apresenta permeada por práticas machistas, patriarcais, misóginas, homofóbicas e sexistas

O trabalho de Silva e Buss-Simão (2018) teve o objetivo localizar, nos documentos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, concepções a respeito de gênero, sexo e sexualidade.

Quanto a metodologia, tratou-se de uma pesquisa documental, qualitativa, a partir dos seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009); b) Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2012); c) Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2015).

Os resultados indicam que algumas destas palavras (crianças, meninas, meninos, diversidade, gênero, sexo, sexualidade, masculino, feminino, masculinidade, feminilidade, mulher e homem) são utilizadas para universalizar determinado sujeito, outras não são localizadas em alguns documentos e outras, ainda, vem diminuindo seu uso de um documento para outro. O que fica evidente é que o uso das palavras não é neutro e revelam concepções e reproduzem estereótipos.

Salgado e Martins-Garcia (2018) em seu artigo teve como objetivo compreender os discursos de professoras, de uma instituição de Educação Infantil da rede pública, sobre o corpo da criança, nos modos como estes se entrelaçam com as práticas de educar, cuidar, proteger e como são atravessados por perspectivas de gênero e sexualidade.

Em relação a metodologia, foi um estudo empírico desenvolvido em uma instituição de Educação Infantil da rede pública municipal dessa cidade, denominada como Centro Municipal de Ensino Infantil (CMEI). Como recursos metodológicos, utilizou-se da observação participante das relações entre as crianças, as professoras e as auxiliares de higienização. Os acontecimentos observados foram registrados em diário de campo. Em relação aos resultados, os discursos das professoras remetem a práticas de cuidar, educar e relações de gênero vividas no cotidiano da instituição, que trazem à tona questões sobre o corpo da criança, em suas mais intensas alteridades em relação ao corpo adulto, civilizado e disciplinado.

Gibim e Muller (2018) em seu estudo teve como objetivo explorar representações de crianças sobre família e relações de gênero. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, com a utilização do desenho e narrativas de crianças usuárias da Educação Infantil, com a intenção de explorar a partir dos desenhos as representações de família e gênero. Os resultados demonstram que as marcas de gênero atravessam os relacionamentos intrafamiliares, é possível perceber que muitos estereótipos devem ser desconstruídos. Meninas e meninos vivenciam diariamente práticas desiguais decorrentes de concepções marcadas pela diferença nos órgãos sexuais.

Roveri (2018), buscou em seu trabalho problematizar as desigualdades de gênero na infância, buscando contribuir para a formação dos (as) profissionais que vivenciam dia-a-dia e intensamente os cotidianos da Educação Infantil, em suas ambiguidades e contradições. Em relação a metodologia, foi uma revisão bibliográfica da literatura. Quanto aos resultados, a temática que foi discutida constitui uma possibilidade de questionamento das desigualdades as quais as crianças são submetidas nos diversos espaços educativos.

Ciribelli e Raserá (2019), desenvolveu um trabalho com o objetivo de compreender como ocorrem as construções de sentido sobre a diversidade sexual no contexto da educação infantil, dividindo-se em duas etapas: a primeira realizou observações participantes nas turmas de educação infantil de uma escola da cidade de Uberlândia; e a segunda realizou rodas de conversa com as educadoras da mesma escola.

O estudo adotou uma perspectiva qualitativa. Como resultados, o trabalho identificou os processos de testagem e exploração, enquanto movimentos das crianças em relação a diversidade sexual; as diferenças de sentido entre adultos e criança dadas às experiências da educação infantil; e a construção refinada do gênero, que ressalta o processo de construção da sexualidade normatizada.

Lucifora, Reina, Muzzeti e Silva (2019), apresentou um recorte do capítulo da Dissertação de Mestrado intitulada “A reprodução das desigualdades de gênero nos contos de fadas/maravilhosos como marcas circunscritas na Educação Infantil” defendida em fevereiro de 2017. Seu objetivo foi problematizar os papéis sociais atribuídos ao sexo de nascimento dos sujeitos e às diversas construções atribuídas como inerentes fazendo-se presentes em diversos âmbitos dentre eles o escolar. Em relação a metodologia, o artigo se apresenta como uma estratégia teórica reflexiva sobre o quanto as desigualdades de gênero. Os resultados apontam que essa desigualdade de gênero ainda se faz presente e que a ideia de superação muitas vezes reforça a ideia de que as oportunidades são para todos e que muitos não estão presentes porque não querem ou se esforçam suficiente.

Crociari e Perez (2019), o objeto do seu estudo foi investigar sobre o estudo do gênero na educação infantil e a formação docente nesta temática. Os dados da pesquisa foram obtidos a partir de uma abordagem bibliográfica. Fazendo uso da Base de Dados Scielo, utilizando os temas principais: Gênero e Educação Infantil e a complementação de filtros selecionando artigos brasileiros, da língua portuguesa, da área de Ciências Humanas e um recorte temporal compreendendo o período de 2000 a 2017.

Os resultados apontam existem lacunas no processo de formação docente, relacionando-se ao preparo para lidar com a sexualidade. A escassez de pesquisas na área afunila ainda mais quando vinculada à Educação Infantil. O mapeamento de estudos possui elementos contribuintes para a composição de informações e para o possível preenchimento das lacunas concernentes a uma dada área de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, a discussão foi pautada nas temáticas: gênero, sexualidade e educação infantil. A pesquisa nos levou a conhecer um pouco mais dessa relação tão presente no ambiente educacional, mas por vezes camuflada ou até excluída dos debates. Os estudos apontaram que a discussão sobre gênero, sexualidade e educação infantil, embora tenha ganhado destaque nos últimos anos, se encontra incipiente. Tal fato, revela a delicadeza do assunto, e ao mesmo tempo, apresenta a necessidade de pesquisas e estudos, para que possam ser mais explorados.

No percurso escolhido, fomos entendendo como o cenário científico tem se debruçado sobre o estudo em pauta, encontramos pesquisas bibliográfica acerca dos temas, além de algumas pesquisas empíricas. No que tange aos resultados, todos os trabalhos de alguma maneira destacaram que estamos tratando de um assunto carregado de tabus e preconceitos, principalmente, quando tratamos da figura dos docentes que atuam na Educação Infantil, inclusive como destacar que entre os estudos, se faz referência a lacuna existente na formação de professores sobre essas temáticas.

Vale salientar, que estamos vivendo no Brasil e no Mundo um momento de ações e práticas altamente conservadoras e discriminatórias, o que implica em posições arcaicas e preconceituosas. Nesse sentido, somos convidados e convidadas a abrir um maior espaço de discussão sobre essas temáticas, pois compreendemos a importância de trazer para superfície os discursos de educadores (as) que possam fomentar uma visão crítica sobre essas questões, no ambiente da educação infantil, o que poderá provocar mudanças significativas de ver e trabalhar as questões de gênero e sexualidade nesse espaço em participar.

Por fim, ressaltamos a necessidade de novas pesquisas na área, pois a temática em questão se abre para novos olhares e experiências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao_federal.asp#/con1988/con1988_05.10.1988/con1988

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069 de 13/07/1990. <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/.../estatuto_crianca_adolescente_7ed.pdf>

BRASIL. **LDB**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Orientação Sexual. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf.

BEAUVOIR, S. **El segundo sexo**. Madrid: Cátedra, 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

BUJES, M. I. E. Escola Infantil: Pra que te Quero? In: CREIDY, C.; KAECHER, G.E. (Orgs). **Educação Infantil**: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

CIRIBELLI, C. J. de; RASERA, E. F. Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil. **Psicologia: Ciência e Profissão** 2019, 39, e175599, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003175599>

CROCIARI, A. PEREZ, M. C. A. O que estamos estudando sobre gênero na educação infantil: as lacunas na formação docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1556-1568, jul, 2019. E-ISSN: 1982-5587. 10.21723/riaee.v14iesp.2.12615

DORNELLES, L.V. Na Escola Infantil todo Mundo Brinca se Você Brinca. In: CRAIDY, C. KAERCHER, G. E. (Orgs). **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 101-108.

ECOS - Comunicação em Sexualidade. **Sexo Sem Vergonha** - uma metodologia de trabalho com Educação Sexual. São Paulo, ECOS, 2001.

FLORIANÓPOLIS. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. Prefeitura Municipal de Educação. Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis, SC: Prelo, 2012.

FLORIANÓPOLIS. **Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. Prefeitura Municipal de Educação. Secretaria Municipal de Educação. Betim, MG: CGP Solutions, 2015.

FRANÇA, F. F. **A contribuição dos estudos de gênero à formação docente: uma proposta de intervenção**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

GOELLNER, S.V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; GOELLNER, S.V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. 8 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. p. 28-40.

GOMES, A.P. Pereira; MULLER, G.F. O que crianças pensam sobre família e relações de gênero? **Revista zero-a-seis**. ISSN 1980-4512 | v. 20, n. 37 p. 76-94 | jan-jun 2018

KRAMER, S. **Provação cultural e educação compensatória: uma análise crítica**. Caderno de Pesquisa. São Paulo, 1982, p. 54-62, 1982.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2001.

KUHLMANN JÚNIOR, M. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, A.L.G. de; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação Infantil Pós- LDB: rumos e desafios**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p.51-65.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. In: LOURO, G. L.; GOELLNER, S.V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. 8 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. p. 41-52.

LUCIFORA, C. de A; REINA, F.T.; MUZZETI, L. R.; SILVA, R. A. da. Marcas sociais de nossos tempos: gênero, sexualidade e educação em âmbito escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1395-1409, jul, 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12607.

MEYER, D.E. Gênero e educação: teoria e prática. In: LOURO, G. L.; GOELLNER, S.V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. 8 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. p. 09-27.

ROVERI, F. T. Gênero e diversidades na infância: desafios para a formação docente face ao retrocesso curricular. **Laplage em Revista** (Sorocaba), ISSN:2446-6220 vol.4, n.Especial, set.- dez. 2018, p.115-121.

SALGADO, R. G.; MARTINS-GARCIA, P. F. Em nome dos cuidados, da proteção e da educação: infância, corpo, gênero e sexualidade como discursos entre professoras da Educação Infantil. **Revista zero-a-seis**. ISSN: 1980-4512 | v. 20, n. 37 p. 112-124 | jan-jun 2018.

SANTANA, J. V. J. de; OLIVEIRA, N. W. S.; FERREIRA, M. F. de A.; EUGÊNIO, B. G. Constituindo gêneros: sobre a produção de masculinidades e feminilidades na educação infantil. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 9, n. 20, p. 63-80, set./dez. 2016.

SILVA, K. Z. da; BUSS-SIMÃO, M. Gênero, sexo e sexualidade na educação infantil: o que dizem os documentos da rede municipal de ensino de Florianópolis. **Revista zero-a-seis**. ISSN: 1980-4512 | v. 20, n. 37 p. 27-41 | jan-jun 2018.